



INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL

Casa Berquó - Rua Visconde de Itaparica, nº 08, - Bairro Barroquinha - Centro, Salvador/BA, CEP 40024-080

Telefone: (61) 2024-6248 - (71) 3321-0133 - <http://www.iphan.gov.br>

TERMO ADITIVO

Processo nº 01502.900147/2017-60

Unidade Gestora: 343007

5º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 02/2018 DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE APOIO ADMINISTRATIVO E APOIO OPERACIONAL, CONTEMPLANDO POSTOS DE APOIO ADMINISTRATIVO, COPEIRAGEM E MOTORISTA, QUE CELEBRAM ENTRE SI A INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL E A E. R. P. DE OLIVEIRA COMÉRCIO DE INFORMATICA E SERVIÇO DE APOIO ADMINISTRATIVO LTDA.

O Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional-IPHAN, Autarquia Federal, vinculada ao Ministério do Turismo, criado pelas Leis nº 8.029 e 8.113, respectivamente de 12 de abril e de 12 de dezembro, ambos de 1990, com sede em Brasília – DF, por intermédio da Superintendência na Bahia, localizada à Rua Visconde de Itaparica, 08, Barroquinha, Salvador- Bahia, CEP: 40.024-080, inscrita no CNPJ sob o nº 26.474.056/0008-48, neste ato representado pelo Superintendente BRUNO CÉSAR SAMPAIO TAVARES, nomeado pela Portaria nº 395, de 12 de Julho de 2016, publicada no DOU de 14 de Julho de 2016, inscrito no CPF nº 806.594.545-72, portador da Carteira de Identidade nº 08451841-30, expedido pela SSP/BA, doravante denominado CONTRATANTE, e a empresa **E. R. P. DE OLIVEIRA COMÉRCIO DE INFORMATICA E SERVIÇO DE APOIO ADMINISTRATIVO LTDA**, doravante designada **CONTRATADA**, inscrita no CNPJ sob o n.º 10.927.661/0001-10, com sede à Rua Santos Dumont, nº 1709, Pedrinhas, Porto Velho - Rondônia, CEP: 76.801-462, neste ato através de sua representante legal, ANTONIO BEZERRA DE ALBUQUERQUE FILHO, portadora do CPF n.º 012.012.232-45, nos autos do processo nº 01502.900147/2017-60, resolvem celebrar o presente Termo Aditivo ao Contrato nº 02/2018 (Sei nº. 0278029), doravante denominado CONTRATO ORIGINAL, que será regido pela [Lei nº 8.666, 21 de junho de 1993](#) e legislação correlata, sob os termos e condições a seguir estabelecidos:

CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO

O objeto do presente Termo Aditivo é a prorrogação, por mais 12 meses, do prazo de vigência do Contrato nº 02/2018, conforme previsto na Cláusula Quarta - Da Vigência Contratual e nos termos do

inciso II do art. 57 da Lei nº 8.666/93, com **início na data de 05/02/2021 e término em 05/02/2022.**

CLÁUSULA SEGUNDA – DAS ALTERAÇÕES

Renovação contratual com redução/eliminação dos custos variáveis não renováveis do aviso prévio trabalhado e das férias referente ao custo de reposição do profissional no qual o valor mensal do contrato terá decréscimo percentual de 1,21%.

Os custos atualizados estão especificados na tabela abaixo:

Item da Planilha	Valor Atual	Valor Ajustado
	Repactuado	Prorrogação
3.A - Aviso prévio indenizado * redução a 10% do valor, em virtude do art. 1º, parágrafo único, da Lei nº 12.506/2011.	0,42 %	0,04 %
3.D - Aviso prévio trabalhado	1,94 %	0,194 %
4.1.C - Licença paternidade	0,02 %	0%
4.1.D – Ausência por acidente de Trabalho	0,03%	0%
4.1.E – Afastamento Maternidade	0,02%	0 %

As análises estão amparadas nas Planilhas de Custo e Formação de Preços constantes nos autos do processo detalhadas da seguinte forma:

Planilha de Renovação Contratual para os postos de Apoio Administrativo e Copeiragem (Sei nº 2446789);

Planilha de Renovação Contratual para os postos de Motorista (Sei nº 2446786);

Planilha Resumo de Renovação Contratual contemplando todos os postos (Sei nº 2446800);

CLÁUSULA TERCEIRA - DO PREÇO

Ao presente termo aditivo o valor global anual estimado do contrato passará de R\$ 1.216.450,32 (um milhão, duzentos e dezesseis mil quatrocentos e cinquenta reais e trinta e dois centavos) para R\$ 1.201.750,80 (um milhão, duzentos e um mil setecentos e cinquenta reais e oitenta centavos) **a partir de 05/02/2021**, inclusos todos os custos e despesas contratuais.

O valor mensal estimado do contrato será de **R\$ 100.145,90** (cem mil cento e quarenta e cinco reais e noventa centavos) .

CLÁUSULA QUARTA – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

As despesas decorrentes desta contratação estão programadas em dotação orçamentária própria, prevista no orçamento da União para o exercício de 2021 na classificação abaixo:

Gestão/Unidade: 343037

Fonte: 0144000000

Programa de Trabalho: 190500

Elemento de Despesa: 339037

PI: C20004IP019

No(s) exercício(s) seguinte(s), as despesas correspondentes correrão à conta dos recursos próprios para atender às despesas da mesma natureza, cuja alocação será feita no início de cada exercício financeiro.

CLÁUSULA QUINTA – GARANTIA DE EXECUÇÃO

A CONTRATADA deverá apresentar renovação da garantia financeira, equivalente a 5% (cinco por cento) do valor atualizado do Contrato, no prazo de 10 (dez) dias, contados da assinatura do presente aditivo, na forma contratual estabelecida na CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA.

A inobservância do prazo fixado para apresentação da garantia acarretará a aplicação de multa de 0,07% (sete centésimos por cento) do valor total do contrato por dia de atraso, até o máximo de 2% (dois por cento).

O atraso superior a 25 (vinte e cinco) dias autoriza a Contratante a promover a rescisão do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõem os incisos I e II do art. 78 da Lei n. 8.666 de 1993.

A garantia poderá ser prestada em uma das seguintes modalidades:

caução em dinheiro ou em títulos da dívida pública, devendo estes ter sido emitidos sob a forma escritural, mediante registro em sistema centralizado de liquidação e de custódia autorizado pelo Banco Central do Brasil e avaliados pelos seus valores econômicos, conforme definido pelo Ministério da Fazenda;

seguro-garantia;

fiança bancária.

A validade da garantia, qualquer que seja a modalidade escolhida, **deverá abranger um período de 90 dias após o término da vigência contratual**, conforme o item 3.1 do Anexo VII-F da IN SEGES/MPDG n. 5/2017.

A garantia contratual somente será liberada mediante a comprovação de que a empresa pagou todas as verbas rescisórias trabalhistas decorrentes da contratação, e que, caso esse pagamento não ocorra até o fim do segundo mês após o encerramento da vigência contratual, a garantia será utilizada para o pagamento dessas verbas trabalhistas, conforme estabelecido na alínea "c" do subitem 1.2 do Anexo VII-B da Instrução Normativa nº 05, de 2017 – MPOG.

CLÁUSULA SEXTA – DA REPACTUAÇÃO

Fica ressalvado à CONTRATADA o direito à repactuação de valores relativos aos fatos anteriores a este Termo Aditivo para manutenção da adequação contratual estabelecida na licitação e no contrato, não implicando a presente prorrogação em qualquer tipo de renúncia ou novação, tácita ou expressa.

CLÁUSULA SÉTIMA – DA PUBLICAÇÃO

A CONTRATANTE providenciará a publicação do extrato do presente Termo Aditivo na imprensa oficial até o quinto dia útil do mês seguinte ao de sua assinatura para ocorrer no prazo de vinte dias daquela data.

CLÁUSULA OITAVA – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Ficam ratificadas todas as demais CLÁUSULAS e CONDIÇÕES estabelecidas no Contrato nº 02/2018, que não tenham sido implicitamente alterados por este instrumento, e que fazem parte integrante do presente, independentemente de transcrição.

E, por estarem às partes justas e pactuadas, assinam eletronicamente, o presente **QUINTO TERMO ADITIVO**.

**BRUNO CÉSAR SAMPAIO TAVARES
DE ALBUQUERQUE FILHO**

Representante da CONTRATANTE
da CONTRATADA

ANTONIO BEZERRA

Representante

TESTEMUNHAS:

Ana Carla Bispo da S.S. Bonfim

SIAPE nº 2088529

Afrânio Tanajura Machado Filho

SIAPE nº 1963001



Documento assinado eletronicamente por **Ana Carla Bispo da Silva Santos Bonfim, Analista I**, em 26/01/2021, às 15:00, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Afranio Tanajura Machado Filho, Coordenador Administrativo do IPHAN-BA**, em 26/01/2021, às 16:55, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Bruno Cesar Sampaio Tavares, Superintendente do IPHAN-BA**, em 27/01/2021, às 16:53, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **ANTONIO BEZERRA DE ALBUQUERQUE FILHO, Usuário Externo**, em 29/01/2021, às 09:24, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://sei.iphan.gov.br/autenticidade>, informando o código verificador **2367165** e o código CRC **2BCC197D**.